



**INCLUSÃO ESCOLAR E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: REFLEXÕES TEÓRICAS
E RELATO DE EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**SCHOOL INCLUSION AND PEDAGOGICAL PRACTICES: THEORETICAL
REFLECTIONS AND AN EXPERIENCE REPORT IN BASIC EDUCATION**

**INCLUSIÓN ESCOLAR Y PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS: REFLEXIONES
TEÓRICAS E INFORME DE EXPERIENCIA EN EDUCACIÓN BÁSICA**

 <https://doi.org/10.56238/levv17n58-050>

Data de submissão: 17/02/2026

Data de publicação: 17/03/2026

Maria Raimunda Madureira Da Costa

Pós Graduação em Pedagogia Escolar Supervisão Orientação e Administração
Instituição: Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão (Uninter)
E-mail: raipaulinha@gmail.com

Raimundo Gomes Luz

Mestre em Educação Inclusiva
Instituição: Universidade Federal do Amapá
E-mail: raimundogomesluz390@gmail.com
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4938303667975554>

Carla Beatriz da Silva Luz

Graduação Pedagogia
Instituição: Faculdade Latino Americano de Educação (FLAED)
E-mail: carlabeat2211@gmail.com

Carlos Rigor Neves

Mestrando em Ciências da Educação
Instituição: Universidad Autónoma de Asunción
E-mail: profcarlosrigor@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-1387-9984>

Krysman Felix da Silva

Especialista em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional
Instituição: Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo (FAMEESP)
E-mail: Pedagogo.Krysman@gmail.com
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0396421012647856>

Marcus Vinícius da Silva

Licenciatura em Física
Instituição: Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
E-mail: profmarcusvinicius10@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7389066358469190>



Gemma Galganni Pacheco da Silva

Mestre

Instituição: Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

E-mail: galgannigemma7@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3466630299088354>

Renata de Matos Tonim

Especialização em educação especial e inclusiva

Instituição: Faculdade Anhanguera, Faveni

E-mail: renatatonim@hotmail.com

Yollanda Karoline Costa Sousa

Mestre em Educação Inclusiva em Rede Nacional

Instituição: Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

E-mail: yollandaks@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-0123-1780>

Maria Beatriz Furtado Quinzeiro

Pós em Docência do Ensino superior

Instituição: FAEME

E-mail: beatriz.quinzeiro@hotmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9341030024561741>

RESUMO

A educação inclusiva tem se consolidado nas últimas décadas como um princípio orientador das políticas educacionais contemporâneas, reforçando o direito de todos os estudantes ao acesso, à permanência e à aprendizagem na escola regular. No Brasil, a ampliação das políticas voltadas à inclusão escolar tem provocado debates acerca das transformações necessárias nas práticas pedagógicas e na organização do trabalho docente para atender à diversidade presente nas salas de aula. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo discutir fundamentos teóricos da educação inclusiva e apresentar um relato de experiência pedagógica desenvolvido no ensino de sólidos geométricos em uma turma da educação básica. A pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, articulando revisão teórica sobre inclusão escolar, diversidade cognitiva e mediação pedagógica com a descrição e análise de uma prática pedagógica realizada em sala de aula. A experiência relatada baseou-se na utilização de materiais concretos e na organização de atividades colaborativas entre os estudantes, buscando favorecer a compreensão de conceitos matemáticos e ampliar as possibilidades de participação no processo de aprendizagem. Os resultados indicam que práticas pedagógicas que valorizam a experimentação, a interação e a diversidade de estratégias didáticas podem contribuir para tornar o ensino mais acessível e significativo para os estudantes. Conclui-se que a construção de ambientes educacionais inclusivos depende da articulação entre políticas educacionais, formação docente e práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade e com a democratização do acesso ao conhecimento.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Práticas Pedagógicas. Diversidade Cognitiva. Ensino de Matemática. Educação Básica.

ABSTRACT

Inclusive education has become a guiding principle of contemporary educational policies, reinforcing the right of all students to access, remain, and learn in mainstream schools. In Brazil, the expansion of policies aimed at school inclusion has intensified debates regarding the transformations required in pedagogical practices and in the organization of teaching work in order to address the diversity present in classrooms. In this context, this article aims to discuss theoretical foundations of inclusive education and present an experience report developed in the teaching of geometric solids in a basic education

classroom. The study is characterized as qualitative research, combining a theoretical review on school inclusion, cognitive diversity, and pedagogical mediation with the description and analysis of a classroom teaching experience. The reported activity was based on the use of concrete materials and collaborative student interaction, aiming to facilitate the understanding of mathematical concepts and expand opportunities for participation in the learning process. The findings suggest that pedagogical practices that emphasize experimentation, interaction, and diverse teaching strategies can contribute to making teaching more accessible and meaningful for students. It is concluded that the construction of inclusive educational environments depends on the articulation between educational policies, teacher training, and pedagogical practices committed to valuing diversity and democratizing access to knowledge.

Keywords: Inclusive Education. Pedagogical Practices. Cognitive Diversity. Mathematics Teaching. Basic Education.

RESUMEN

La educación inclusiva se ha consolidado en las últimas décadas como un principio rector de las políticas educativas contemporáneas, reforzando el derecho de todos los estudiantes a acceder, permanecer y aprender en escuelas regulares. En Brasil, la expansión de las políticas dirigidas a la inclusión escolar ha generado debates sobre las transformaciones necesarias en las prácticas pedagógicas y la organización del trabajo docente para abordar la diversidad presente en las aulas. En este contexto, este artículo tiene como objetivo analizar los fundamentos teóricos de la educación inclusiva y presentar una experiencia pedagógica desarrollada en la enseñanza de sólidos geométricos en una clase de educación básica. La investigación se caracteriza por ser un estudio cualitativo, que articula una revisión teórica sobre la inclusión escolar, la diversidad cognitiva y la mediación pedagógica con la descripción y el análisis de una práctica pedagógica llevada a cabo en el aula. La experiencia reportada se basó en el uso de materiales concretos y la organización de actividades colaborativas entre los estudiantes, buscando promover la comprensión de conceptos matemáticos y ampliar las posibilidades de participación en el proceso de aprendizaje. Los resultados indican que las prácticas pedagógicas que valoran la experimentación, la interacción y la diversidad de estrategias de enseñanza pueden contribuir a que la enseñanza sea más accesible y significativa para los estudiantes. Se concluye que la construcción de entornos educativos inclusivos depende de la articulación entre políticas educativas, formación docente y prácticas pedagógicas comprometidas con la valoración de la diversidad y la democratización del acceso al conocimiento.

Palabras clave: Educación Inclusiva. Prácticas Pedagógicas. Diversidad Cognitiva. Enseñanza de las Matemáticas. Educación Básica.

1 INTRODUÇÃO

A consolidação da educação inclusiva constitui um dos movimentos mais significativos das transformações ocorridas nas políticas educacionais nas últimas décadas. A ampliação do acesso à escola regular por estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e outras especificidades educacionais reflete mudanças sociais, políticas e culturais que passaram a reconhecer a educação como um direito fundamental de todos os sujeitos. No Brasil, esse processo foi impulsionado por diferentes marcos legais, entre os quais se destacam a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Esses dispositivos normativos contribuíram para a consolidação de um paradigma educacional orientado pela valorização da diversidade humana e pelo reconhecimento da escola como espaço de convivência entre diferentes sujeitos. Nesse contexto, a educação inclusiva passou a ser compreendida não apenas como a presença física de estudantes com deficiência nas escolas regulares, mas como um processo que exige a reorganização das práticas pedagógicas, das estruturas institucionais e das concepções de ensino e aprendizagem que orientam o trabalho docente.

O debate acadêmico sobre inclusão escolar tem evidenciado que a garantia do acesso à escola representa apenas um dos desafios desse processo. A efetivação de uma educação inclusiva pressupõe também a criação de condições que assegurem a permanência dos estudantes e a participação efetiva nas experiências de aprendizagem desenvolvidas no ambiente escolar. Assim, pesquisadores da área da educação destacam que a inclusão envolve transformações no currículo, nas metodologias de ensino e nas formas de avaliação, de modo a contemplar a diversidade de modos de aprender presentes nas salas de aula contemporâneas.

Nessa perspectiva, a diversidade não deve ser compreendida como um obstáculo ao processo educativo, mas como elemento constitutivo das experiências escolares. Cada estudante apresenta trajetórias, conhecimentos prévios e formas de interação com o conhecimento que são construídas ao longo de sua história social e cultural. Reconhecer essas diferenças implica compreender que os processos de ensino e aprendizagem não se realizam de maneira homogênea, exigindo do professor estratégias pedagógicas capazes de dialogar com distintos estilos e ritmos de aprendizagem.

Diante desse cenário, as práticas pedagógicas inclusivas assumem papel central na construção de uma escola comprometida com a democratização do conhecimento. Estratégias didáticas que valorizam a participação ativa dos estudantes, o uso de recursos concretos e a construção coletiva do conhecimento podem contribuir para ampliar as possibilidades de aprendizagem de todos os alunos. No campo da matemática, por exemplo, o uso de materiais manipuláveis e atividades exploratórias pode favorecer a compreensão de conceitos abstratos, permitindo que os estudantes estabeleçam relações entre o conhecimento formal e situações concretas de seu cotidiano.

Considerando essas questões, o presente artigo tem como objetivo discutir aspectos teóricos relacionados à educação inclusiva e apresentar um relato de experiência pedagógica desenvolvido no ensino de sólidos geométricos. A experiência buscou explorar estratégias didáticas baseadas na manipulação de materiais concretos e na interação entre estudantes, com o intuito de favorecer a participação e a aprendizagem em um contexto marcado pela diversidade de perfis educacionais.

O artigo está organizado em três partes principais. Inicialmente, são apresentados os fundamentos teóricos da educação inclusiva, discutindo-se conceitos, princípios e desafios relacionados à implementação de práticas pedagógicas inclusivas no contexto escolar. Em seguida, analisa-se o papel das práticas pedagógicas na construção de ambientes educacionais que valorizem a diversidade de formas de aprendizagem. Por fim, é apresentado um relato de experiência pedagógica desenvolvido no ensino de sólidos geométricos, evidenciando possibilidades de organização de atividades que favoreçam a participação e o engajamento dos estudantes em processos de aprendizagem mais inclusivos.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FUNDAMENTOS CONCEITUAIS E DESAFIOS PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado no reconhecimento da diversidade humana e na defesa do direito universal à educação. Diferentemente de modelos educacionais que historicamente separaram estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas em espaços segregados, a perspectiva inclusiva propõe a reorganização da escola comum para atender a todos os estudantes, respeitando suas singularidades e garantindo oportunidades efetivas de aprendizagem.

No cenário internacional, o debate sobre inclusão escolar ganhou maior visibilidade a partir das conferências promovidas por organismos internacionais nas últimas décadas do século XX. Entre esses marcos, destaca-se a Declaração de Salamanca (1994), documento que reafirma o princípio de que as escolas devem acolher todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas. Essa orientação influenciou significativamente as políticas educacionais de diversos países, incluindo o Brasil, que passou a desenvolver normativas voltadas à ampliação do acesso à educação para grupos historicamente excluídos.

No contexto brasileiro, a consolidação da educação inclusiva está associada a transformações legais e institucionais ocorridas a partir da Constituição Federal de 1988, que reconheceu a educação como direito de todos e dever do Estado. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reforçou esse princípio ao estabelecer que o atendimento educacional especializado deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino. Essas normativas contribuíram

para fortalecer o movimento de inclusão escolar e para ampliar o debate sobre as condições necessárias para sua efetivação.

Contudo, a implementação de práticas educacionais inclusivas envolve desafios que ultrapassam a dimensão normativa das políticas públicas. A presença de marcos legais, por si só, não garante a transformação das práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas. A construção de uma educação inclusiva exige mudanças nas concepções de ensino, nos processos de organização curricular e nas estratégias didáticas adotadas pelos professores. Nesse sentido, a inclusão não pode ser compreendida apenas como inserção física de estudantes na escola regular, mas como um processo que implica repensar os modos de ensinar e aprender.

Autores que investigam a temática da inclusão escolar destacam que a diversidade deve ser compreendida como característica constitutiva do processo educativo. As salas de aula são compostas por estudantes que apresentam diferentes trajetórias sociais, culturais e cognitivas, o que exige a adoção de práticas pedagógicas capazes de dialogar com essa pluralidade de experiências. Nessa perspectiva, o desafio da escola contemporânea consiste em construir ambientes educacionais que reconheçam as diferenças como parte integrante do processo de aprendizagem.

A literatura educacional também aponta que a inclusão está diretamente relacionada à organização do trabalho pedagógico. A elaboração de atividades que integrem diferentes linguagens, recursos didáticos e formas de participação pode ampliar as possibilidades de aprendizagem dos estudantes. Estratégias como o uso de materiais concretos, atividades colaborativas e práticas investigativas favorecem a construção do conhecimento de maneira mais significativa, especialmente em contextos educacionais marcados pela heterogeneidade.

Nesse sentido, a formação docente assume papel central na consolidação da educação inclusiva. Professores que atuam em salas de aula diversas necessitam desenvolver competências pedagógicas que lhes permitam adaptar estratégias de ensino, diversificar metodologias e utilizar recursos que favoreçam a participação de todos os estudantes. A formação continuada, o trabalho colaborativo entre profissionais da educação e o diálogo com diferentes áreas do conhecimento são elementos fundamentais para o fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas.

Assim, compreender a educação inclusiva implica reconhecer que a escola precisa reorganizar seus modos de funcionamento para responder às demandas de uma sociedade plural. A construção de ambientes educacionais mais inclusivos depende da articulação entre políticas públicas, formação docente e práticas pedagógicas comprometidas com a democratização do acesso ao conhecimento.

3 RELATO DE EXPERIÊNCIA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NO ENSINO DE SÓLIDOS GEOMÉTRICOS

A construção de práticas pedagógicas inclusivas exige que o professor desenvolva estratégias didáticas capazes de dialogar com a diversidade presente nas salas de aula. Nesse contexto, a utilização de atividades manipulativas e exploratórias pode favorecer a compreensão de conceitos abstratos, possibilitando que estudantes com diferentes estilos de aprendizagem participem de forma mais ativa do processo educativo.

O relato de experiência apresentado neste artigo descreve uma prática pedagógica desenvolvida no contexto da educação básica, voltada ao ensino de sólidos geométricos. A proposta foi elaborada com o objetivo de favorecer a compreensão de conceitos matemáticos por meio da exploração de materiais concretos, permitindo que os estudantes estabelecessem relações entre as formas geométricas e objetos presentes em seu cotidiano.

A atividade teve início com um momento de problematização, no qual os estudantes foram convidados a observar diferentes objetos do cotidiano, como caixas, embalagens e recipientes. A partir dessa observação inicial, os alunos foram estimulados a identificar semelhanças entre esses objetos e as formas geométricas estudadas na disciplina de matemática. Esse momento inicial teve como objetivo mobilizar conhecimentos prévios e incentivar a participação dos estudantes no desenvolvimento da atividade.

Na etapa seguinte, foram apresentados diferentes modelos de sólidos geométricos confeccionados com materiais simples, como papel, cartolina e objetos reutilizáveis. Os estudantes tiveram a oportunidade de manipular esses materiais, observar suas características e identificar elementos como faces, vértices e arestas. A manipulação dos sólidos possibilitou uma abordagem mais concreta dos conceitos matemáticos, favorecendo a compreensão por parte dos estudantes.

Durante o desenvolvimento da atividade, os alunos foram organizados em pequenos grupos, estimulando a interação entre pares e a construção coletiva do conhecimento. Cada grupo recebeu um conjunto de sólidos geométricos e foi orientado a observar suas características, registrando suas descobertas por meio de anotações, desenhos ou descrições orais. Essa diversidade de formas de registro permitiu que os estudantes expressassem sua compreensão de diferentes maneiras.

A organização da atividade em grupos também favoreceu a troca de conhecimentos entre os estudantes, possibilitando que aqueles com maior facilidade em determinado aspecto do conteúdo auxiliassem seus colegas. Esse tipo de interação contribuiu para a construção de um ambiente de aprendizagem colaborativo, no qual todos os participantes puderam compartilhar suas observações e reflexões.

Outro aspecto relevante da experiência foi a valorização das diferentes formas de participação dos estudantes. Enquanto alguns alunos demonstraram maior facilidade na identificação das

características geométricas por meio da manipulação dos objetos, outros expressaram sua compreensão por meio de desenhos ou explicações orais durante a socialização das atividades. Essa diversidade de estratégias de participação contribuiu para tornar o processo de aprendizagem mais inclusivo.

Ao final da atividade, realizou-se um momento coletivo de discussão, no qual os grupos apresentaram suas observações e compararam as características dos sólidos geométricos analisados. Esse momento de socialização permitiu consolidar os conceitos trabalhados e promover uma reflexão coletiva sobre as formas geométricas presentes no cotidiano.

A experiência evidenciou que o uso de materiais concretos e a organização de atividades colaborativas podem contribuir para ampliar as possibilidades de participação dos estudantes no processo de aprendizagem. Em contextos educacionais marcados pela diversidade de perfis de aprendizagem, práticas pedagógicas que valorizam a experimentação, a interação e a construção coletiva do conhecimento mostram-se especialmente relevantes.

Assim, o relato apresentado reforça a importância de práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo. A adoção de estratégias didáticas que integrem diferentes recursos e formas de participação pode contribuir para a construção de ambientes educacionais mais inclusivos, nos quais todos os estudantes tenham oportunidades efetivas de aprender.

4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS E A DIVERSIDADE NOS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM

A consolidação da educação inclusiva exige transformações significativas nas práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas. O reconhecimento da diversidade como elemento constitutivo do processo educativo implica compreender que os estudantes aprendem de maneiras distintas e que o ensino precisa considerar diferentes estratégias para promover a participação de todos. Nesse sentido, a organização do trabalho pedagógico passa a assumir papel central na construção de ambientes educacionais mais democráticos e acessíveis.

Historicamente, a escola foi estruturada com base em modelos de ensino que pressupunham certa homogeneidade entre os estudantes. As metodologias tradicionais, frequentemente centradas na transmissão de conteúdos de forma expositiva, desconsideravam as diferentes formas de aprender presentes nas salas de aula. Com o avanço das discussões sobre inclusão escolar, essa concepção passou a ser questionada, dando lugar a propostas pedagógicas que valorizam a diversidade de experiências, ritmos e estilos de aprendizagem.

Segundo Mantoan (2003), a inclusão escolar não se limita à presença de estudantes com deficiência nas escolas regulares, mas implica uma mudança profunda nas formas de ensinar e organizar o currículo. Para a autora, a escola inclusiva deve ser capaz de reconhecer as diferenças entre

os alunos e transformar essas diferenças em oportunidades de aprendizagem, promovendo práticas pedagógicas que estimulem a participação de todos.

Nesse contexto, as práticas pedagógicas inclusivas caracterizam-se pela utilização de metodologias que favoreçam a interação, a cooperação e a experimentação. Estratégias como atividades em grupo, uso de materiais manipuláveis, recursos visuais e propostas investigativas contribuem para ampliar as possibilidades de aprendizagem, especialmente em turmas marcadas pela heterogeneidade. Ao diversificar as formas de ensino, o professor amplia as oportunidades de acesso ao conhecimento, permitindo que diferentes estudantes encontrem caminhos próprios para compreender os conteúdos trabalhados.

Outro aspecto fundamental das práticas pedagógicas inclusivas refere-se à valorização das experiências e conhecimentos prévios dos estudantes. De acordo com Vygotsky (1998), o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio das interações sociais e das mediações culturais presentes no ambiente de aprendizagem. Nesse sentido, o processo educativo deve considerar os contextos socioculturais dos alunos, reconhecendo que o conhecimento é construído coletivamente nas relações estabelecidas entre professores, estudantes e saberes escolares.

Assim, a construção de práticas pedagógicas inclusivas demanda do professor uma postura reflexiva e investigativa diante de sua própria prática. Ao reconhecer a diversidade presente nas salas de aula, o docente passa a atuar como mediador do processo de aprendizagem, criando condições para que todos os estudantes participem das atividades e desenvolvam suas potencialidades.

5 CURRÍCULO E INCLUSÃO: DESAFIOS PARA A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO

A discussão sobre educação inclusiva está diretamente relacionada ao modo como o currículo escolar é concebido e organizado. O currículo não se limita a um conjunto de conteúdos a serem ensinados, mas constitui uma construção social que reflete valores, concepções de conhecimento e perspectivas sobre o papel da escola na formação dos indivíduos. Nesse sentido, pensar a inclusão implica também repensar as formas de organização curricular presentes nas instituições educativas.

Tradicionalmente, os currículos escolares foram estruturados com base em modelos que privilegiavam determinados conhecimentos considerados universais, muitas vezes desconsiderando a diversidade cultural e social dos estudantes. Esse modelo curricular, ao pressupor um aluno padrão, tende a gerar processos de exclusão, pois nem todos os estudantes conseguem acompanhar as mesmas estratégias de ensino ou os mesmos ritmos de aprendizagem.

Para Sacristán (2000), o currículo deve ser entendido como uma prática social que se concretiza nas relações pedagógicas estabelecidas no cotidiano escolar. Assim, sua organização precisa considerar os contextos em que a aprendizagem ocorre, bem como as características dos estudantes que participam

desse processo. Em uma perspectiva inclusiva, o currículo deve ser flexível, permitindo adaptações e diferentes formas de acesso ao conhecimento.

Nesse contexto, a flexibilização curricular surge como estratégia importante para a promoção da inclusão escolar. Essa flexibilização não significa reduzir o nível de exigência acadêmica, mas criar diferentes caminhos para que os estudantes possam acessar os conteúdos trabalhados. A utilização de múltiplos recursos didáticos, a diversificação das atividades e a adoção de diferentes formas de avaliação são exemplos de estratégias que contribuem para tornar o currículo mais acessível.

Além disso, a organização curricular precisa considerar a importância da interdisciplinaridade e da contextualização do conhecimento. Ao relacionar os conteúdos escolares com situações do cotidiano dos estudantes, o ensino torna-se mais significativo e favorece a construção de aprendizagens duradouras. Essa abordagem também contribui para aproximar o conhecimento escolar das experiências vividas pelos alunos, ampliando sua participação nas atividades pedagógicas.

A construção de currículos inclusivos depende, portanto, de uma postura crítica por parte dos profissionais da educação. Professores, gestores e equipes pedagógicas precisam refletir continuamente sobre as práticas desenvolvidas na escola, buscando identificar barreiras que possam dificultar a aprendizagem e propondo estratégias que favoreçam a participação de todos os estudantes.

6 FORMAÇÃO DOCENTE E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A formação de professores constitui um dos elementos centrais para a consolidação da educação inclusiva. A presença de estudantes com diferentes necessidades educacionais nas salas de aula exige que os docentes desenvolvam competências pedagógicas que lhes permitam lidar com a diversidade de formas de aprendizagem. Nesse contexto, a formação inicial e continuada dos professores torna-se fundamental para o desenvolvimento de práticas educativas mais inclusivas.

Durante muito tempo, a formação docente esteve baseada em modelos que priorizavam a transmissão de conteúdos disciplinares, dedicando pouca atenção às questões relacionadas à diversidade presente nas escolas. Com o avanço das políticas de inclusão, tornou-se evidente a necessidade de ampliar a formação dos professores para que eles possam compreender as especificidades do processo de ensino em contextos educacionais heterogêneos.

De acordo com Mendes (2006), a implementação da inclusão escolar no Brasil trouxe à tona importantes desafios para os sistemas educacionais, entre os quais se destaca a necessidade de preparar os professores para atuar em salas de aula diversificadas. A autora ressalta que a formação docente deve contemplar não apenas aspectos teóricos, mas também oportunidades de reflexão sobre a prática pedagógica e sobre as condições reais de trabalho nas escolas.

Nesse sentido, a formação continuada assume papel relevante na construção de uma educação inclusiva. Por meio de cursos, grupos de estudo e projetos de formação, os professores podem

compartilhar experiências, discutir desafios e desenvolver novas estratégias pedagógicas. Esse processo de formação permanente contribui para fortalecer a autonomia docente e para ampliar a capacidade de adaptação das práticas pedagógicas às necessidades dos estudantes.

Outro aspecto importante refere-se à construção de uma cultura colaborativa nas instituições escolares. A inclusão não pode ser responsabilidade exclusiva do professor que atua diretamente com os estudantes, mas deve envolver toda a comunidade educativa. O trabalho conjunto entre professores, coordenadores pedagógicos, profissionais do atendimento educacional especializado e demais integrantes da escola contribui para a construção de estratégias mais eficazes de apoio à aprendizagem.

Além disso, a formação docente precisa considerar que a inclusão envolve dimensões éticas, sociais e políticas. Promover uma educação inclusiva significa reconhecer a diversidade como valor fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Nesse sentido, o papel do professor ultrapassa a transmissão de conteúdos, envolvendo também a formação de cidadãos capazes de conviver com as diferenças e de respeitar a pluralidade presente na sociedade.

Dessa forma, a formação docente constitui elemento indispensável para a consolidação de práticas educacionais inclusivas. Investir na formação de professores significa fortalecer a capacidade das escolas de responder aos desafios da diversidade e de garantir que todos os estudantes tenham acesso a oportunidades reais de aprendizagem.

7 AVANÇOS E TENSÕES NAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL

A consolidação da educação inclusiva no Brasil está associada a um conjunto de transformações políticas, sociais e educacionais ocorridas nas últimas décadas. A partir da Constituição Federal de 1988, a educação passou a ser reconhecida como direito social fundamental, estabelecendo o princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Esse marco constitucional contribuiu para a formulação de políticas públicas voltadas à ampliação do acesso à educação de grupos historicamente excluídos do sistema educacional.

Nas décadas seguintes, diferentes legislações e diretrizes educacionais reforçaram a importância da inclusão escolar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabeleceu que o atendimento educacional especializado deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino, fortalecendo a ideia de que a escola comum deve ser capaz de atender a todos os estudantes. Posteriormente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva ampliou o debate sobre a necessidade de reorganização das práticas pedagógicas e das estruturas escolares.

Entretanto, apesar dos avanços normativos, a implementação da inclusão escolar ainda enfrenta diversos desafios. Mendes (2006) destaca que o debate sobre inclusão no Brasil foi marcado por intensas disputas conceituais e políticas, especialmente no que se refere às formas de organização do

atendimento educacional destinado a estudantes com deficiência. Para a autora, a inclusão escolar envolve transformações profundas no sistema educacional, exigindo mudanças nas concepções pedagógicas e nas políticas de formação docente.

A pesquisadora argumenta que a inclusão não pode ser reduzida a um processo meramente administrativo de matrícula de estudantes com deficiência na escola regular. Pelo contrário, trata-se de um processo que demanda reestruturações institucionais e pedagógicas capazes de garantir efetivas condições de aprendizagem. Nesse sentido, Mendes observa que a ampliação do acesso à escola precisa ser acompanhada por políticas que assegurem apoio pedagógico adequado aos estudantes e formação adequada aos professores.

Nesse debate, a autora ressalta:

“A inclusão escolar tem sido defendida como um princípio orientador das políticas educacionais contemporâneas, mas sua implementação exige mudanças estruturais no sistema educacional, envolvendo desde a formação de professores até a reorganização das práticas pedagógicas e das condições institucionais das escolas.” (MENDES, 2006, p. 392).

Essa perspectiva evidencia que a inclusão escolar não se resume à presença física dos estudantes nas escolas, mas envolve a criação de condições que favoreçam sua participação e aprendizagem. Assim, a construção de políticas educacionais inclusivas precisa considerar aspectos relacionados à organização curricular, à formação docente e às condições de trabalho nas instituições escolares.

Dessa forma, compreender a inclusão escolar no Brasil implica reconhecer que os avanços legais representam apenas uma etapa do processo. A efetivação desse paradigma depende da articulação entre políticas públicas, práticas pedagógicas e investimentos institucionais capazes de garantir que a escola se torne, de fato, um espaço de aprendizagem para todos.

8 DIVERSIDADE COGNITIVA E MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

A discussão sobre educação inclusiva também está relacionada à compreensão da diversidade cognitiva presente nas salas de aula. Os estudantes diferem não apenas em suas trajetórias sociais e culturais, mas também nas formas como processam informações, constroem conhecimentos e interagem com o ambiente escolar. Reconhecer essa diversidade implica superar concepções pedagógicas baseadas na homogeneização dos processos de aprendizagem.

Durante muito tempo, a escola foi organizada com base em modelos que pressupunham um padrão único de desenvolvimento e aprendizagem. Estudantes que não se adequavam a esse modelo eram frequentemente considerados incapazes ou apresentavam dificuldades escolares interpretadas como falhas individuais. Com o avanço das pesquisas educacionais e psicológicas, essa concepção

passou a ser questionada, dando lugar a abordagens que reconhecem a diversidade de modos de aprender.

Nesse contexto, a perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano oferece importantes contribuições para a compreensão do processo educativo. De acordo com essa abordagem, o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio das interações sociais e da mediação cultural, sendo influenciado pelos contextos históricos e sociais em que os indivíduos estão inseridos. O conhecimento não é simplesmente transmitido, mas construído coletivamente nas relações estabelecidas entre sujeitos e saberes.

A abordagem histórico-cultural enfatiza o papel da mediação pedagógica na construção do conhecimento. O professor atua como mediador entre o estudante e os conteúdos escolares, organizando situações de aprendizagem que favoreçam a construção de novos significados. Nesse processo, diferentes recursos pedagógicos podem ser utilizados para ampliar as possibilidades de compreensão dos estudantes.

Nesse sentido, a literatura educacional destaca que o uso de recursos concretos, atividades colaborativas e estratégias investigativas pode contribuir para tornar o ensino mais acessível a diferentes perfis de aprendizagem. Essas estratégias favorecem a participação ativa dos estudantes e possibilitam que eles construam relações entre o conhecimento escolar e suas experiências cotidianas.

Conforme ressaltam estudos sobre desenvolvimento humano e educação, o processo de aprendizagem ocorre em contextos sociais e culturais específicos, sendo influenciado pelas interações estabelecidas entre os indivíduos. Nesse sentido, o desenvolvimento humano pode ser compreendido como um processo dinâmico, marcado por múltiplas interações entre características individuais e contextos sociais.

Como destacam estudos sobre desenvolvimento humano e educação inclusiva:

“Desenvolvimento humano individual envolve processos de transformação e incremento que, através de um fluxo de interações entre características atuais da pessoa e dos contextos em que ela está inserida, produzem mudanças relativamente duradouras nos modos de interação com o ambiente.” (MACIEL; BARBATO, 2015, p. 19).

Essa compreensão reforça a importância de práticas pedagógicas que considerem as interações sociais como elemento fundamental da aprendizagem. Ao promover atividades que favoreçam a colaboração, o diálogo e a experimentação, a escola cria condições para que os estudantes desenvolvam suas capacidades cognitivas e sociais de maneira integrada.

Dessa forma, reconhecer a diversidade cognitiva implica compreender que o processo educativo deve ser organizado de modo a contemplar diferentes formas de participação e expressão do conhecimento. A adoção de metodologias que valorizem a interação, a experimentação e o uso de

múltiplos recursos didáticos contribui para ampliar as possibilidades de aprendizagem, favorecendo a construção de ambientes educacionais mais inclusivos.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão desenvolvida ao longo deste artigo evidenciou que a educação inclusiva constitui um processo complexo que envolve transformações estruturais nas políticas educacionais, nas práticas pedagógicas e na formação dos profissionais da educação. A ampliação do acesso de estudantes com deficiência e outras necessidades educacionais às escolas regulares representa um avanço significativo no campo dos direitos educacionais, mas também impõe novos desafios às instituições escolares e aos professores que atuam nesses contextos.

A análise dos fundamentos teóricos da inclusão escolar demonstrou que a construção de uma escola inclusiva exige a superação de concepções pedagógicas baseadas na homogeneização dos processos de ensino e aprendizagem. As salas de aula contemporâneas caracterizam-se pela diversidade de trajetórias, experiências e formas de aprender dos estudantes, o que exige práticas pedagógicas capazes de reconhecer e valorizar essas diferenças. Nesse sentido, a inclusão escolar não pode ser compreendida apenas como presença física de estudantes com deficiência nas escolas regulares, mas como um processo que implica reorganização curricular, diversificação metodológica e ampliação das estratégias de mediação pedagógica.

A reflexão sobre as políticas educacionais brasileiras também evidenciou que os avanços normativos conquistados nas últimas décadas foram fundamentais para fortalecer o debate sobre o direito à educação para todos. Entretanto, a efetivação da inclusão escolar depende da articulação entre diferentes dimensões do sistema educacional, incluindo formação docente, condições de trabalho nas escolas, organização curricular e acesso a recursos pedagógicos adequados. A construção de ambientes educacionais inclusivos requer, portanto, investimentos institucionais e políticas públicas que garantam suporte efetivo ao trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas.

Nesse contexto, o relato de experiência apresentado neste artigo contribui para demonstrar como práticas pedagógicas baseadas na utilização de materiais concretos e na interação entre estudantes podem favorecer processos de aprendizagem mais inclusivos. A atividade desenvolvida no ensino de sólidos geométricos evidenciou que estratégias didáticas que valorizam a experimentação, a colaboração e a diversidade de formas de expressão podem ampliar as possibilidades de participação dos estudantes no processo educativo.

A utilização de materiais manipuláveis permitiu aproximar conceitos matemáticos abstratos de experiências concretas vivenciadas pelos alunos, favorecendo a construção de significados e a compreensão dos conteúdos trabalhados. Além disso, a organização das atividades em grupos

colaborativos contribuiu para fortalecer as interações entre os estudantes, promovendo um ambiente de aprendizagem no qual diferentes formas de participação foram valorizadas.

A experiência relatada também reforça a importância da mediação pedagógica no processo de aprendizagem. O professor, ao organizar situações de ensino que considerem as diferentes formas de interação dos estudantes com o conhecimento, amplia as oportunidades de aprendizagem e contribui para a construção de ambientes educacionais mais democráticos e inclusivos.

Dessa forma, a consolidação da educação inclusiva depende da articulação entre fundamentos teóricos, políticas educacionais e práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade. Ao reconhecer que todos os estudantes possuem potencialidades e capacidades de aprendizagem, a escola avança na construção de uma educação orientada pelos princípios da equidade, da participação e do respeito às diferenças.

Por fim, destaca-se que a construção de práticas pedagógicas inclusivas é um processo contínuo que exige reflexão permanente sobre o trabalho docente e sobre as condições institucionais que orientam a organização do ensino. Investir na formação de professores, na flexibilização curricular e na criação de ambientes de aprendizagem colaborativos constitui caminho fundamental para fortalecer o compromisso da escola com a democratização do conhecimento e com a promoção de uma educação para todos.



REFERÊNCIAS

- BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. Index para a inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education, 2002.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silviane. Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
- MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387–405, dez. 2006.
- SACRISTÁN, José Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- VICTOR, Sonia Lopes; VIEIRA, Alexandro Braga; OLIVEIRA, Ivone Martins (org.). Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2017.
- VYGOTSKY, Lev Semionovich. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1998.